



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2018.

Controlamos o semestre com resultado positivo, atingindo a carteira de crédito de R\$431 milhões, um crescimento de 58% sobre o ano anterior. Seguimos desenvolvendo novos canais de vendas, produtos e serviços, visando ampliar a atuação do Banco e a manutenção de resultados positivos.

4.595/2017 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. Ouidoria - Com a filosofia de dar voz aos clientes e usuários dos produtos e serviços, o Banco Topázio S.A. disponibiliza este canal de comunicação, que contribui para aprimorar as relações entre a Instituição e seus usuários, com pilares na transparência, sigilo e confidencialidade no seu relacionamento, em observância às normas legais e regulamentares relativas ao direito do consumidor de modo a atender o previsto na Resolução nº 4.433/2015 do Conselho Monetário Nacional e demais normativos correlatos do Banco Central do Brasil. Os canais de ouvidoria estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

preventivas à insuficiência de capital. No Risco de Mercado utiliza-se como metodologia de monitoramento o Value at Risk (VaR), além da realização de testes de estresse simulando a carteira da Instituição em situações atípicas de mercado. No Risco de Crédito além do constante desenvolvimento nos processos de cadastro e análise para a concessão de crédito, a gestão utiliza-se do monitoramento de diversos indicadores, como: inadimplência, ratings e rolagens, além da exigência de capital regulatório. A gestão do Risco de Liquidez consiste no monitoramento do fluxo de caixa diário, projetado para um horizonte de um ano. Além disso, através do Comitê de Ativos e Passivos do Banco são analisadas e definidas as estratégias para a gestão da liquidez. O Risco Operacional é monitorado através da análise de impacto e probabilidade dos riscos mapeados além da base de perdas operacionais. Por fim a Gestão de Riscos é responsável pela apuração dos limites operacionais determinados pelo BACEN, com o Índice de Basileia, buscando o equilíbrio entre as exposições aos riscos e a lucratividade, sempre em conformidade com a legislação vigente. Maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br.

Porto Alegre (RS), 17 de agosto de 2018

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Ativo/Passivo, 2018, 2017, and Total. Rows include Circulante, Disponibilidades, Aplicações interfinanceiras, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Capital social, Ajustes de avaliação patrimonial, Prejuízos acumulados, Total. Rows show changes from Dec 2016 to Jun 2018.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco" ou "Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado que foi constituída como Topázio S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 8 de abril de 2005, tornando-se operacional em 1º de março de 2006. Desde 12 de junho de 2009 opera na forma de Banco Múltiplo. O Banco Topázio tem como objeto oferecer serviços e produtos financeiros que atendam às especificidades de cada segmento de cliente utilizando, de forma sinérgica, o potencial da relação financeira com a rede conveniada Ticket (alcançada através de aliança estratégica firmada em 2016). No segmento de crédito atuamos em operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento. No segmento de serviços, trabalhamos como parceiros de fintechs e empresas de meios de pagamento oferecendo-lhes soluções de conectividade com o sistema financeiro. Operamos câmbio pronto, em remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação.

a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar. As baixas de operações de crédito contra prejuízo ("write-offs") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle das operações de crédito ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, com base nos percentuais de provisionamento requeridos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN para cada nível de risco, associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. g. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes): Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar. h. Ativo permanente: O imobilizado de uso, mencionada na Nota 9, está registrado ao custo de aquisição. Até junho de 2017, a depreciação era computada pelo método linear, com base nas taxas anuais de 10% para Instalações, Móveis e Utensílios e Equipamentos de Comunicação e 20% para Processamento de Dados. A partir de julho de 2017, atendendo ao CPC 27 e com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação passou a ser determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução nº 4.535 do CMN, de 24 de novembro de 2016, considera-se vida útil o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. i. Intangível e diferido: O ativo intangível está representado por gastos com Softwares e os projetos Bank as a Service, Operação Ativa Vinculada e Onboarding, registrados ao valor de custo. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 3 anos. O ativo diferido está representado por gastos com a transformação em Banco Múltiplo, registradas ao valor de custo. A amortização é calculada pelo método linear, no prazo de 10 anos. j. Redução ao valor recuperável de ativo: O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. k. Ativos e passivos em moeda estrangeira: Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. l. Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos: • Depósitos interfinanceiros - representam captações de Certificados de Depósitos Interbancários (CDIs) e são demonstrados pelo valor das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidas em base pro rata dia. • Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos - estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGEs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos pro rata dia, até a data do balanço. m. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes): Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base pro rata dia) e incorridos. n. Provisão para imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R\$ 120 e a provisão para a contribuição social sobre o lucro, conforme Lei nº 13.169 de 06 de outubro de 2015, é calculada a 20% (a alíquota era de

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Receitas, Operações de crédito, Resultado de operações de câmbio, Resultado de operações com títulos e valores mobiliários, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de Reais)

Table with 4 columns: Atividades operacionais, Resultado do semestre antes dos impostos, Ajustes ao resultado do semestre, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, etc.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

15% até 31 de agosto de 2015). A partir de janeiro de 2019, a alíquota volta a ser 15%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados no grupo "Outros créditos". o. Ativos e passivos contingentes: De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009: • Ativos contingentes - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. • Passivos contingentes - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. p. Outros ativos e passivos: Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia). q. Estimativas: Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente. r. Resultado por ação: O resultado por ação é calculado em reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2018 2017 Disponibilidades 2.705 8.309 Aplicações interfinanceiras de liquidez Letras Financeiras do Tesouro - LFT 4.497 53.188 Letras do Tesouro Nacional - LTN 94.600 3.999 Notas do Tesouro Nacional - NTN 39.000 3.001 138.097 60.188 Total 140.802 68.497

Total de caixa e equivalentes de caixa 5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: 2018 2017 Valor de mercado Valor de custo Valor de mercado Carteira própria - LFT 65.858 65.838 Vinculados à prestação de garantias - LFT 239 240 Total 66.097 66.078 61.551 Os títulos públicos federais possuem vencimento em 1º de março de 2020 e 1º de março de 2023 e o valor de mercado foi apurado com base nos preços divulgados pela Anbima. Os efeitos decorrentes do ajuste a valor de mercado foram levados à conta específica do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários, quando aplicável. Em 30 de junho de 2018 e 2017, não havia operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto. 6. Relações interfinanceiras - Pagamentos e recebimentos a liquidar: Os sistemas de liquidação e a carteira de operações de antecipação de transações de pagamento apresentam a seguinte composição:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de Reais)

continuação

Table with columns for 2018 and 2017, showing financial data for various systems and operations.

7. Operações de crédito: O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: crédito consignado privado, financiamento ao consumo através de associação de varejos e emissão de dívida.

Table showing the composition of credit operations by modality for 2018 and 2017.

Table showing the composition of the portfolio by sector of activity for 2018 and 2017.

Table showing the composition of the portfolio by maturity for 2018 and 2017.

Table showing the composition of the portfolio by risk level for 2018 and 2017.

Table showing the composition of the portfolio by risk level for 2018 and 2017, including sub-categories like A, B, C, D, E, F, G, H.

Table showing the movement of provision for doubtful liquidation credits and other credits for 2018 and 2017.

8. Outros créditos diversos: Circulante, Impostos e contribuições a compensar, Títulos e Créditos a Receber (a), Adiantamento a fornecedores (b), Sociedades ligadas (b), Convênio Rede PAES a receber, Adiantamentos e antecipações salariais, Cobrança a processar, Tributos diferidos (Nota 17), Outros, Total circulante, Não circulante, Tributos diferidos (Nota 17), Depósitos judiciais, Total não circulante.

(a) Valores a receber de correspondentes CDCi. (b) Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R\$ 185 (R\$ 271 em 2017); Good Card Licenciamentos QSU A.S.A. de R\$ 1 (R\$ 11 em 2017), Saque e Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R\$ 14 (R\$ 281 em 2017) e Tecloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. de R\$ 0 (R\$ 4 em 2017) oriundos de reembolso.

Table showing immobilized assets for 2018 and 2017, including categories like Custo, Depreciação, Saldo contábil líquido em 2017, Saldo inicial, Aquisições, Baixas, Transferências, Saldo contábil líquido em 2018, Saldo contábil líquido em 2017, Depreciação, Saldo contábil líquido em 2018, Saldo contábil líquido em 2017.

Table showing intangible and deferred assets for 2018 and 2017, including Software, Custos, Amortização, Saldo contábil líquido em 2017, Saldo inicial, Aquisições, Baixas, Amortização, Transferências, Saldo contábil líquido em 2018, Saldo em 2018, Custos, Amortização, Saldo contábil líquido em 2018.

11. Depósitos a prazo e interfinanceiros: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos a prazo e interfinanceiros estão assim segregados:

Table showing deposits at term and interfinancial for 2018 and 2017, categorized by maturity (90 days, 91-360 days, 360 days).

Os depósitos a prazo são remunerados em até 122,00% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até Junho/2021.

Table showing other obligations - Diversas for 2018 and 2017, including Circulante, Transações a reembolsar (a), Sociedades ligadas (Nota 18), Provisão para pagamentos (b), Provisão para passivos contingentes (Nota 13), Recursos de terceiros custodiados na TECBAN, Outras, Total circulante, Não circulante, Provisão para passivos contingentes (Nota 13), Total não circulante.

(a) Transações a pagar a estabelecimentos credenciados à bandeira Good Card. (b) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. 13. Passivos contingentes: A Instituição possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas provisões estão demonstrados na tabela a seguir:

Table showing contingent liabilities for 2018 and 2017, categorized by nature (Trabalhista, Tributária, Cível) and probability of loss.

As ações de natureza cível são referentes à rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias. As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. O valor das contingências possíveis não provisionadas contra o Banco totaliza, em 30 de junho de 2018, o montante de R\$ 1.711, referente a processos cíveis e trabalhistas (R\$ 2.837 em 2017, referente a processos cíveis, trabalhistas e tributários).

Table showing the movement of provision for contingent liabilities for 2018 and 2017.

18. Transações com partes relacionadas: a. Transações e saldos: As transações com partes relacionadas compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado:

Table showing transactions with related parties for 2018, categorized by type (Saque e Pague, Ticket, Intermetro, Tecloud, Outras) and legal entity (Pessoa Jurídica, Pessoa Física).

Ativo: Outros créditos (e), Passivo: Depósitos à vista, Depósitos a prazo (f), Outros passivos (g). (a) Saque Pague Rede de Auto-Atendimento S.A. (b) Ticket Soluções HDFGT S.A. (c) Intermetro Locações Serviços POAH Ltda. (d) Tecloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda. (e) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas. (f) Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs. (g) Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados.

19. Estrutura de gerenciamento de riscos: A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão na Instituição, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. Risco operacional: Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO), respeitando os normativos vigentes. Risco de mercado: Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. A gestão desse risco utiliza o Value at Risk (VaR) para situações normais, além da realização de testes de estresse simulando situações atípicas de mercado. Risco de liquidez: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco monitora o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de indicadores de liquidez de curto e longo prazos. Risco de crédito: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. A gestão desse risco utiliza do monitoramento de diversos indicadores que demonstram os níveis de qualidade da carteira, além da exigência de capital regulatório. Gerenciamento de capital: Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está exposta e do planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos da Instituição, bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas. Também são construídos cenários estressados, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas.

20. Limite operacional (Acordo da Basileia): Em junho de 2018, o Banco Topázio encontra-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor. Com o Índice de Basileia em 15,87%, possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 10,5% sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013 do CMN e demais normativos complementares. O PR é inteiramente formado pelo capital denominado como de Nível 1, e este, por sua vez, é inteiramente formado por capital classificado como Capital Principal, desse modo esses indicadores possuem o mesmo valor do Índice de Basileia e, portanto, estão acima do mínimo exigido de 6% para o Nível 1 e 4,5% para o Capital Principal. O Banco possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/2007 do BACEN e demais normativos pertinentes.

Table showing the operational limit (Basileia) for 2018 and 2017, including categories like Saldo inicial, Constituição de provisão, Reversão de provisão, Saldo final.

14. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 30 de junho de 2018, o capital social é de R\$133.114, representado por 116.695.420 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. b. Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações. c. Dividendos: O estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. 15. Receitas de prestação de serviços: As receitas de prestação de serviços são representadas em sua maioria pelas tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco, no montante de R\$ 33.337 (R\$ 28.977 em 2017) e tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito. 16. Despesas administrativas: Processamento de dados (a), Serviços do sistema financeiro, Serviços técnicos especializados, Serviços de terceiros, Aluguéis, Comunicações, Outras despesas administrativas, Total.

Table showing administrative expenses for 2018 and 2017.

(a) O aumento das despesas com processamento de dados no 1º semestre de 2018 está relacionado a quantidade de terminais de atendimento de posto bancário (ATM) alugados e gastos em tecnologia para fazer frente aos novos projetos do Banco. 17. Imposto de renda e contribuição social: Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 30 de junho de 2018 e 2017:

Table showing income tax and social contribution for 2018 and 2017, including categories like Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social, (+) Adições, (-) Exclusões, Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social antes das compensações, IRPJ, CSLL, Total imposto de renda e contribuição social correntes, IRPJ, CSLL, Total imposto de renda e contribuição social diferidos, Total do imposto de renda e contribuição social no resultado.

Table showing income tax and social contribution for 2018 and 2017, categorized by period (2018, 2017).

Adições temporárias, Provisão para créditos de liquidação duvidosa, Período, Até 1 ano (Circulante), Até 2 anos, Até 3 anos, Até 4 anos, Até 5 anos, Mais de 5 anos, Não circulante, Total.

O valor presente dos créditos tributários, descontados pelo custo médio de capital de 7,83% a.a. em 30 de junho de 2018 é de R\$14.157. O saldo existente em 30 de junho de 2018 está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado pela Administração e aprovado da Diretoria, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. b. Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Em função do não atendimento das condições da Resolução nº 3.059/2002 do Banco Central do Brasil, o Banco não registrou contabilmente os créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo outras diferenças temporárias dedutíveis fiscalmente. Em 30 de junho de 2018, o montante não reconhecido relativo aos créditos tributários (ativos fiscais diferidos) é R\$ 19.274 (R\$ 22.881 em 30 de junho de 2017).

Patricia Cáren da Silveira Andrade - Contadora - CRC/RS 58013/O-2

Aos Administradores e Acionistas do Banco Topázio S.A. - Porto Alegre - RS. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Topázio S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes Cristiano Jardim Segueiro Contador - CRC SP-244525/O-9 T-RS